



A

PREFEITURA DE IRANI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2025

A empresa **INEX SERVIÇOS LTDA**, inscrita no **CNPJ: 29.852.364/0001-81** com sede e estabelecimento a rua Rio Jaú, 1365 – Iguaçu – Fazenda Rio Grande – Cep: 83.833-281, Estado do Paraná, através do seu representante legal Sr. Ygor Luiz dos Santos, CPF 029.475.129-79, vem **TEMPESTIVAMENTE** mui respeitosamente perante V. Sa., com fundamento no artigo 4, XVIII, da Lei nº 14.133/2021, e item 10.6.1 do edital, apresentar:

RECURSO ADMINISTRATIVO

I. DA SÍNTESE FÁTICA E PROCESSUAL:

O processo de licitação referente ao Registro de Preços Eletrônico - PE02/2025, conduzido pela Prefeitura Municipal de Irani, seguiu as diretrizes estabelecidas pela Lei 14.133/2021. O edital foi publicado em 16 de janeiro de 2025, com início do período de propostas no mesmo dia às 14h30. O prazo para impugnações encerrou-se em 27 de janeiro de 2025, e as propostas foram recebidas até 30 de janeiro de 2025, quando se iniciou a sessão pública para análise das ofertas.

Diversas empresas participaram do certame, sendo classificadas conforme os valores apresentados. Algumas foram desclassificadas ou inabilitadas durante a análise documental, enquanto outras avançaram no processo. Entre as principais concorrentes, destacam-se MOZANER SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, que venceu o item 0001 (serviço de corte de grama e roçada de vegetação leve) com 7.057.320 unidades ao valor de R\$ 0,14/unidade, e MALIN SOLUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI, vencedora do item 0002 (mão de obra para serviços de jardinagem e limpeza) com 30 unidades ao valor de R\$ 3.740,00/unidade, totalizando R\$ 112.200,00.



Durante o processo, foram recebidas propostas comerciais, analisados documentos de habilitação e classificadas as empresas conforme os critérios do edital. Todas as participantes declararam conhecimento e concordância com as exigências do certame, incluindo cumprimento das normas trabalhistas e sociais. Também houve questionamentos formais sobre o contrato vigente, critérios de desclassificação de propostas acima do valor estimado e exigência de planilhas de comprovação de custos. A Prefeitura respondeu a essas dúvidas, esclarecendo que não havia contrato em vigor, que valores acima do referencial poderiam ser ajustados na fase de lances e que a planilha de custos seria exigida apenas do licitante vencedor.

Ao final, após a análise das propostas e documentação, foram declarados vencedores MOZANER SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA e MALIN SOLUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI. O processo foi conduzido de maneira transparente, com a publicação dos documentos no Portal de Compras Públicas, garantindo a verificação da autenticidade dos registros e a legalidade dos procedimentos adotados.

II. FATOS

Trata-se de **RECURSO**, em face da **Aceitação da Habilitação Técnica** por parte do Sr. Pregoeiro, da empresa vencedora com base nos atestados apresentados.

Ocorre que **a fragilidade** do atestado de capacidade técnica apresentado **é evidente**. Como já mencionado, o documento refere-se a um serviço prestado para um cliente particular, o que não se equipara, em termos de complexidade e exigências, ao serviço a ser executado para a administração pública. Além disso, trata-se de um serviço realizado em um terreno privado, enquanto o objeto da licitação envolve roçada de ruas e áreas públicas do município, exigindo um planejamento operacional muito mais rigoroso e um cumprimento de normativas específicas para serviços públicos.

Outro aspecto relevante é que o serviço atestado foi executado em apenas 15 dias, ao passo que o contrato licitado prevê uma execução contínua de 12 meses. Isso representa uma diferença substancial em termos de estrutura, logística e capacidade de manutenção do serviço ao longo do tempo. Um serviço de curta duração não pode ser comparado, em exigência e



responsabilidade, a um contrato anual, tornando o atestado apresentado insuficiente para comprovar a real capacidade técnica do licitante.

Além dessas inconsistências, um ponto crítico a ser abordado é a ausência da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART). O edital, em seu item 8.3.2, exige que o licitante apresente a ART de profissional habilitado para a execução do serviço. No entanto, não há clareza sobre qual tipo de ART é especificamente requerida, o que abre margem para interpretação. Mesmo assim, o fato é que o licitante não apresentou nenhuma ART, o que já representa um descumprimento das exigências editalícias.

INCONSISTÊNCIA NO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA APRESENTADO.

É fundamental assegurar que todos os licitantes atendam integralmente às exigências do edital, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa e a execução eficiente do contrato. Diante disso, faz-se necessário um questionamento sobre a documentação apresentada por um dos concorrentes, especialmente no que se refere ao atestado de capacidade técnica. A análise desse documento revela fragilidades que comprometem sua validade como comprovação da experiência exigida, uma vez que não atende aos critérios estabelecidos para serviços de complexidade equivalente ou superior.

Vejamos;

Qualificação Técnica Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares com qualidade equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou **atestados**, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.3.1. Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, com data de expedição de até 60 (sessenta) dias ou se tratando de participação de empresas em recuperação judicial desde que encaminhe plano de recuperação aprovado e homologado judicialmente.

8.3.2. Apresentar ART - Anotação de responsabilidade técnica de profissional habilitado para a execução dos serviços

A exigência do edital quanto à qualificação técnica deixa claro que a comprovação de aptidão deve ser feita por meio de atestados ou certidões que demonstrem a experiência do licitante em serviços similares ao objeto da contratação, com qualidade equivalente ou superior. No entanto, a interpretação do que constitui "**similaridade**" é um aspecto essencial a ser analisado para verificar se o atestado apresentado atende aos requisitos exigidos. O conceito de similaridade técnica em processos licitatórios não se limita à mera execução de atividades semelhantes, mas sim



à comparação da complexidade, escala e condições operacionais do serviço prestado. Segundo a jurisprudência e a doutrina especializada, para que um serviço seja considerado similar, deve-se observar a natureza da atividade, as condições operacionais, a dimensão e duração do serviço e o nível de responsabilidade exigido.

No que se refere à natureza da atividade, o serviço executado deve corresponder ao mesmo ramo de atividade exigido pelo contrato licitado. Se a licitação trata da manutenção de áreas urbanas e o atestado apresentado refere-se a um serviço realizado em área privada, há uma diferença significativa no escopo e nas exigências regulatórias. Além disso, as condições operacionais devem ser compatíveis às previstas no edital, ou seja, a roçada de um terreno particular não se equipara à roçada de vias públicas e espaços urbanos mantidos pela administração pública, onde há exigências adicionais, como cronogramas fixos, fiscalização intensificada e cumprimento de normas ambientais e de segurança.

Outro ponto relevante é a dimensão e duração do serviço, pois a complexidade operacional também se mede pelo prazo de execução e pelo volume do serviço realizado.

Vejamos;

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA	
<p>A Empresa EBC AGRONEGOCIOS LTDA, inscrita no CNPJ 03.788.547/0001-91, com sede em na Rua Santos Dumont, 105, centro, município de Coronel Vivida, neste ato representada pelo Sr. EDSON BASSOLI CORA, CPF nº 905.565.699-20, identificado abaixo como signatário, ATESTA que a empresa MOZANER SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 49.335.683/0001-27, sob a responsabilidade técnica de Rodrigo Molina Fernandes Muller Gheno, Engenheiro Florestal CREA PR 107832/D, realizou:</p> <p>DADOS DA OBRA OU SERVIÇO TÉCNICO:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Número do Contrato : 0002. Endereço da obra ou serviço técnico: Imóvel Rural – Colônia Guabirola, S/N, Lotes nº 91, 92 e 98 da gleba nº 01, no município de Coronel Vivida/PR.3. Atividades/serviços que efetivamente desenvolveu: Execução de Roçada de 240.000,00m² (duzentos e quarenta mil metros quadrados).4. Período de realização dos serviços: 18/12/2024 à 27/12/2024. <p>Coronel Vivida – 15 de janeiro de 2025.</p>	<p>A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do CREA-PR: https://www.crea-pr.org.br/ / Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 21502025.</p> <p>CAT nº 1720250000266 de 15/01/2025, página 2 e 3</p>
<p>Assinatura do representante do Contratante EDSON BASSOLI CORA</p> <p>Documento assinado digitalmente EDSON BASSOLI CORA Data: 15/01/2025 09:25:23-0300 Verifique em https://validar.jls.gov.br</p>	
<p>Assinatura do profissional com competência técnica e habilitado do Contratante Rodrigo Molina Fernandes Muller Gheno – Engenheiro Florestal – CREA – PR 107832/D Responsável Técnico - CPF 063.190.649-51</p> <p>Documento assinado digitalmente RODRIGO MOLINA FERNANDES MULLER GHENO Data: 15/01/2025 09:26:44-0300 Verifique em https://validar.jls.gov.br</p>	



Um contrato de 12 meses demanda planejamento, mobilização de equipe, equipamentos adequados e gestão contínua, enquanto um serviço realizado em apenas **15 dias** não evidencia a capacidade da empresa de manter a regularidade da prestação ao longo de um período prolongado. Por fim, o nível de responsabilidade exigido também é um fator determinante, uma vez que serviços executados para órgãos públicos normalmente exigem cumprimento de normas mais rigorosas, supervisão detalhada e conformidade com regulamentações específicas, que não se aplicam da mesma forma a contratos privados. A administração pública está sujeita a princípios como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, o que impõe exigências técnicas mais rigorosas aos contratados.

Diante dessas considerações, fica evidente que o atestado apresentado **não comprova a similaridade necessária para atender ao critério de qualificação técnica exigido no edital**. O serviço particular realizado não apresenta complexidade equivalente ao objeto da licitação, tanto em termos de escopo quanto de exigências operacionais e normativas. Dessa forma, a aceitação desse atestado configuraria uma flexibilização indevida das regras do edital, prejudicando a isonomia entre os concorrentes e comprometendo a qualidade da execução do serviço contratado. Esse entendimento deve ser enfatizado no recurso para fundamentar o pedido de desconsideração do atestado apresentado pelo licitante, reforçando que a exigência editalícia não está sendo cumprida.

A legislação brasileira estabelece critérios claros para a qualificação técnica em licitações, especialmente no que se refere ao conceito de similaridade. A **Lei nº 14.133/2021**, em seu artigo 67, inciso II, determina que a Administração pode exigir a comprovação de aptidão para o desempenho de atividades compatíveis com o objeto da licitação, sendo vedadas exigências impertinentes, desproporcionais ou irrelevantes. Essa compatibilidade deve considerar três elementos fundamentais: **as características do serviço, a quantidade executada e os prazos da execução contratual**. Isso significa que a simples apresentação de um atestado de serviço prestado **não é suficiente**; é necessário que ele demonstre a experiência em atividades com o mesmo nível de complexidade, escala e exigências da contratação pública.

Art. 67. Para fins de qualificação técnica, nos termos do edital, poderá ser exigida do licitante exclusivamente: **II** - comprovação de aptidão para desempenho de atividade compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, vedadas exigências impertinentes, desproporcionais ou irrelevantes para o específico objeto do contrato.

O **Tribunal de Contas da União (TCU)** reforça esse entendimento em diversos acórdãos. No **Acórdão TCU nº 2.632/2013 - Plenário**, o Tribunal destacou que a experiência do licitante deve ser comprovada por atestados que demonstrem não apenas a execução do serviço, mas sua **compatibilidade em complexidade, condições operacionais e responsabilidades assumidas**.



Já no **Acórdão TCU nº 3.520/2014 - Plenário**, o TCU rejeitou a aceitação de um atestado de experiência técnica que não comprovava equivalência ao objeto licitado, enfatizando que a qualificação técnica exige similaridade em termos de complexidade e responsabilidade, sendo inadequados atestados que não representem experiência em contratos de mesma natureza.

O **Acórdão nº 3.520/2014** do Tribunal de Contas da União (TCU) aborda a questão da **qualificação técnica em processos licitatórios**, enfatizando a necessidade de que os atestados de capacidade técnica apresentados pelos licitantes sejam compatíveis, em termos de complexidade e responsabilidade, com o objeto da licitação. O TCU destaca que a comprovação de aptidão técnica deve ser feita por meio de atestados que demonstrem a execução de serviços similares ao objeto licitado, considerando aspectos como características, quantidades e prazos. Atestados que não evidenciem experiência em contratos de mesma natureza, complexidade e responsabilidade são considerados inadequados para fins de qualificação técnica. Esse entendimento reforça a importância de uma análise criteriosa dos documentos apresentados pelos licitantes, garantindo que apenas aqueles com experiência comprovada em serviços equivalentes sejam habilitados nos certames.

Dessa forma, a comprovação de similaridade não se restringe à mera execução da atividade, mas deve abranger o contexto da prestação do serviço, **as condições operacionais**, a escala do contrato e as exigências normativas aplicáveis. Assim, um atestado referente a um serviço prestado a um cliente particular, realizado em um curto período e sem a mesma abrangência operacional, não pode ser aceito como equivalente a um contrato público de maior escala e duração. A aceitação de um atestado que não atenda a esses critérios configuraria uma flexibilização indevida das regras do edital, comprometendo a isonomia entre os concorrentes e a segurança da contratação. Esse entendimento deve ser utilizado como base para impugnar a documentação apresentada pelo licitante e garantir que a escolha do fornecedor atenda plenamente às exigências legais e administrativas.

Além disso, há a ausência da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), um requisito essencial para assegurar que a empresa dispõe de um profissional habilitado para a execução do serviço. Dessa forma, este documento apresenta argumentos que fundamentam a necessidade de uma análise mais rigorosa desses aspectos, a fim de garantir a lisura e a conformidade do certame.

Vejamos;



Qualificação Técnica Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares com qualidade equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.3.1. Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, com data de expedição de até 60 (sessenta) dias ou se tratando de participação de empresas em recuperação judicial desde que encaminhe plano de recuperação aprovado e homologado judicialmente.

8.3.2. Apresentar ART - Anotação de responsabilidade técnica de profissional habilitado para a execução dos serviços

Além de não atender aos critérios de similaridade exigidos pelo edital, o documento também não está acompanhado da **Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)**, requisito fundamental para a comprovação da qualificação técnica do licitante. A **Lei nº 14.133/2021**, em seu **artigo 67, inciso III**, permite que o edital exija a apresentação de comprovação técnica mediante a indicação de profissional qualificado, por meio de documentos como a ART. Esse dispositivo legal estabelece que, para fins de qualificação técnica, pode ser exigida do licitante a indicação das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto do contrato, bem como a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos. Complementando esse requisito, a **Resolução nº 1.025/2009 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA)** estabelece que a ART é um documento obrigatório para a comprovação de responsabilidade técnica nos contratos que envolvem a execução de serviços técnicos.

A **Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009**, do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA), dispõe sobre a **Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)** e o **Acervo Técnico Profissional**. Esta resolução estabelece que a ART é um instrumento que define, para os efeitos legais, os responsáveis técnicos pela execução de obras ou prestação de serviços no âmbito das profissões abrangidas pelo Sistema CONFEA/CREA. A ART é obrigatória para todas as atividades técnicas realizadas por profissionais de engenharia, agronomia, geologia, meteorologia, geografia e áreas afins, sendo um documento essencial para comprovar a responsabilidade técnica e compor o acervo técnico do profissional. A ausência da ART implica na falta de comprovação formal da responsabilidade técnica pela execução dos serviços, o que pode acarretar na inabilitação do licitante em processos licitatórios que exijam tal comprovação.

No caso específico desta licitação, o edital determina, em seu **item 8.3.2**, que o licitante apresente a ART de profissional habilitado para a execução do serviço. Contudo, o licitante não apresentou nenhuma ART junto ao atestado de capacidade técnica. O atestado apresentado **perde credibilidade**, pois a ART é um documento essencial para garantir que o serviço foi executado sob a supervisão de um profissional devidamente habilitado, conforme exige o **CONFEA**.

O **Tribunal de Contas da União (TCU)** já se manifestou sobre a necessidade da ART como documento essencial para a qualificação técnica dos licitantes. No **Acórdão TCU nº**



3.520/2014 - Plenário, o Tribunal reforça que a comprovação de aptidão técnica deve ser feita com documentos que garantam a execução do serviço em condições equivalentes ao objeto licitado, sendo inadequados atestados que não evidenciem a complexidade e responsabilidade técnica da atividade realizada. Além disso,

O **Acórdão nº 3.520/2014** do Tribunal de Contas da União (TCU) aborda a necessidade de que os atestados de capacidade técnica apresentados pelos licitantes sejam compatíveis, em termos de complexidade e responsabilidade, com o objeto da licitação. O TCU enfatiza que a comprovação de aptidão técnica deve ser feita por meio de atestados que demonstrem a execução de serviços similares ao objeto licitado, considerando aspectos como características, quantidades e prazos. Atestados que não evidenciem experiência em contratos de mesma natureza, complexidade e responsabilidade são considerados inadequados para fins de qualificação técnica. Esse entendimento reforça a importância de uma análise criteriosa dos documentos apresentados pelos licitantes, garantindo que apenas aqueles com experiência comprovada em serviços equivalentes sejam habilitados nos certames.

o **Acórdão TCU nº 2.632/2013 - Plenário** determina que a experiência do licitante deve ser comprovada por documentos que demonstrem a responsabilidade técnica pela execução dos serviços, o que inclui a necessidade da ART nos casos aplicáveis.

Diante do exposto, a ausência da ART inviabiliza a aceitação do atestado apresentado, uma vez que não há comprovação documental da responsabilidade técnica pela execução do serviço. Sem esse documento essencial, o licitante não atende plenamente aos requisitos de qualificação técnica exigidos pelo edital e pela legislação vigente, o que justifica sua inabilitação no certame. Assim, requer-se que a Administração analise com rigor essa questão e inabilite o licitante por descumprimento das exigências editalícias e legais, garantindo a transparência e a legalidade do processo licitatório.

IRREGULARIDADE NA APRESENTAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL E SUA CONSOLIDAÇÃO JURÍDICA

No contexto da análise documental do processo licitatório, é fundamental garantir que todos os licitantes apresentem documentos que comprovem sua regularidade jurídica e sua capacidade técnica para a execução do objeto contratado. Entre os documentos exigidos, o contrato social desempenha um papel essencial, pois comprova a constituição formal da empresa, suas alterações ao longo do tempo e a adequação de seu objeto social à atividade a ser desempenhada. No entanto, a documentação apresentada por um dos concorrentes levanta questionamentos quanto à sua consolidação jurídica, uma vez que foi anexado apenas um arquivo de alteração por transformação, sem a inclusão do contrato original que demonstre a evolução da empresa e a regularidade de sua constituição. Essa omissão compromete a



transparência e a verificação da capacidade técnica e jurídica do licitante, tornando necessária uma análise mais criteriosa para assegurar o cumprimento das exigências editalícias e a lisura do certame.

A empresa consagrada como vencedora do certame apresentou **duas alterações contratuais**, no entanto, **não anexou o contrato social inicial**, documento essencial para comprovar a regularidade de sua constituição e a evolução de sua estrutura jurídica.

Vejamos;

Página 1 de 4

**ALTERAÇÃO POR TRANSFORMAÇÃO DO INSTRUMENTO DE INSCRIÇÃO DE
EMPRESÁRIO INDIVIDUAL EM SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA
49.335.683 LUCAS ESTEVAO MOZANER
CNPJ: 49.335.683/0001-27 – NIRE: 41816131639**

LUCAS ESTEVAO MOZANER, brasileiro, solteiro, natural da cidade de Coronel Vivida - PR, nascido em 14/08/2001, CNH nº 07364891737 DETRAN-PR e CPF nº 080.613.989-74, residente e domiciliado na Rua Cristiano Sorensi Bachman, 40, Bairro Primavera I, II parte, Coronel Vivida – PR, CEP 85.550-000.

Empresário individual sob o nome empresarial de 49.335.683 LUCAS ESTEVAO MOZANER, com sede à Rua Cristiano Sorensi Bachman, 40, Bairro Primavera I, II parte, Coronel Vivida – PR, CEP 85.550-000, inscrito na Junta Comercial do Paraná sob o NIRE 41816131639 em 25/01/2023 e CNPJ/MF 49.335.683/0001-27, fazendo o uso do que permite o Parágrafo 3º do art. 968 da Lei nº 10.406/2002, ora transforma seu registro de **EMPRESARIO INDIVIDUAL** para **SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA**, Resolve alterar por transformação a empresa individual passando a constituir o tipo jurídico de Sociedade Empresária mediante as seguintes cláusulas:

e;

Página 1 de 2

**MOZANER SOLUCOES E SERVICOS LTDA
CNPJ: 49.335.683/0001-27 NIRE: 41212437678
PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

LUCAS ESTEVAO MOZANER, brasileiro, solteiro, natural da cidade de Coronel Vivida - PR, nascido em 14/08/2001, CNH nº 07364891737 DETRAN-PR e CPF nº 080.613.989-74, residente e domiciliado na Rua Cristiano Sorensi Bachman, 40, Bairro Primavera I, II parte, Coronel Vivida – PR, CEP 85.550-000, sócio da empresa **MOZANER SOLUCOES E SERVICOS LTDA**, com sede na Rua Cristiano Sorensi Bachman, 40, Bairro Primavera I, II parte, Coronel Vivida – PR, CEP 85.550-000, inscrito na Junta Comercial do Paraná sob o NIRE 41212437678 em 08/04/2024 e

A ausência do contrato original impede a verificação completa da trajetória da empresa, das suas atividades desde a fundação e da adequação do seu objeto social ao serviço licitado. Além disso, sem a apresentação do contrato inicial, não é possível confirmar se as alterações



realizadas foram devidamente consolidadas ou se houve alguma inconsistência jurídica ao longo do tempo. Diante disso, tal omissão compromete a transparência do processo e deve ser analisada com rigor, garantindo o cumprimento das exigências editalícias e a segurança jurídica da contratação.

O contrato social da empresa só teria validade na sua **última alteração contratual** caso essa alteração fosse **consolidada**, ou seja, incorporasse todas as modificações anteriores em um único documento, garantindo a clareza e a regularidade jurídica da empresa. No entanto, **não há qualquer comprovação nos documentos apresentados de que essa consolidação tenha sido realizada**, o que impede a verificação completa da constituição da empresa, da evolução de suas atividades e da adequação do seu objeto social ao serviço licitado. A ausência desse item essencial compromete a transparência e a conformidade documental exigida pelo edital, tornando necessária uma análise mais criteriosa para garantir a regularidade da habilitação da empresa no certame.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) enfatiza a importância da apresentação completa dos atos constitutivos das empresas em processos licitatórios. Conforme destacado no Manual de Licitações e Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU, é necessário que as empresas apresentem o contrato social em vigor, incluindo todas as alterações contratuais devidamente registradas, ou uma versão consolidada que incorpore todas as modificações anteriores. A ausência do contrato social original ou das alterações intermediárias pode comprometer a verificação da regularidade jurídica da empresa, podendo resultar em sua inabilitação no certame. Portanto, é fundamental que os licitantes estejam atentos a esses requisitos documentais para assegurar conformidade com as exigências legais e evitar impedimentos em sua participação em licitações públicas.

III. DO PEDIDO

Diante das inconsistências verificadas na documentação apresentada pela empresa vencedora, especialmente a ausência do contrato social original, bem como a falta de comprovação de que a última alteração contratual foi devidamente consolidada, e considerando que essa irregularidade inviabiliza a correta verificação da regularidade jurídica e da capacidade da empresa para a execução do objeto licitado, requer-se:

A **inabilitação da empresa vencedora**, uma vez que a não apresentação do contrato social original ou de sua versão consolidada compromete a comprovação da sua constituição e regularidade, tornando sua documentação insuficiente para o atendimento às exigências editalícias.

Caso a Administração entenda ser possível o saneamento da falha, que seja concedido prazo para que a empresa apresente a documentação completa, incluindo o contrato social original e



todas as alterações contratuais, ou uma versão consolidada, garantindo a conformidade com as exigências do edital e os princípios da transparência e segurança jurídica.

Que a Administração avalie a legalidade da documentação apresentada, considerando que a falta do contrato social consolidado pode configurar descumprimento dos requisitos de habilitação jurídica exigidos pela Lei nº 14.133/2021, comprometendo a validade da participação da empresa no certame.

Que seja garantido o princípio da isonomia entre os licitantes, evitando que um participante seja beneficiado com a aceitação de documentação incompleta, enquanto os demais competidores cumpriram integralmente os requisitos estabelecidos no edital.

Por todo o exposto, solicita-se que a Administração adote as medidas cabíveis para garantir a regularidade do certame, promovendo a inabilitação do licitante caso a irregularidade não seja devidamente sanada dentro do prazo legal.

Fazenda Rio Grande, 07 de fevereiro de 2025.

YGOR LUIZ DOS SANTOS
RG: 7.750.575-0 SESP/PR
CPF: 029.475.129-79
Sócio/Administrador
INEX SERVIÇOS LTDA.